



Simulado Final

TCE MS

Cargo: Auditor de Controle Externo
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-MS**, cargo de **Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/L5KrrCFFgYxKhhS68>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/sMBj>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto 01**

Um passarinho pediu a meu irmão para ser sua árvore.

Meu irmão aceitou de ser a árvore daquele passarinho.

No estágio de ser essa árvore, meu irmão aprendeu de sol, de céu e de lua mais do que na escola

No estágio de ser árvore meu irmão aprendeu

para santo mais do que os padres lhes ensinavam no internato.

Aprendeu com a natureza o perfume de Deus.

Seu olho no estágio de ser árvore aprendeu melhor o azul

E descobriu que uma casca vazia de cigarra esquecida no tronco das árvores só serve pra poesia.

Manoel de Barros

1. No verso "*uma casca vazia de cigarra esquecida no tronco das árvores só serve pra poesia*", a expressão "só serve pra poesia" revela:

- a) desprezo pela inutilidade da casca.
- b) crítica à valorização do inútil na literatura.
- c) elogio à capacidade da poesia de atribuir valor simbólico ao aparentemente insignificante.
- d) denúncia ecológica do abandono da natureza.
- e) ironia diante da fragilidade da arte.

2. No poema, o "estágio de ser árvore" pode ser interpretado, simbolicamente, como:

- a) uma transição literal da infância para a fase adulta.
- b) um estado de isolamento social e abandono.
- c) uma metáfora para o aprendizado sensível por meio da vivência com a natureza.
- d) uma crítica ao ensino religioso nos internatos.
- e) uma alusão ao desaparecimento da identidade pessoal do irmão.

3. Ao comparar o "estágio de ser árvore" com a escola e o internato, o eu lírico:

- a) rejeita completamente a educação formal.
- b) valoriza a educação tradicional em detrimento da experiência sensorial.
- c) reconhece que a natureza ensina de maneira mais significativa e profunda.
- d) afirma que apenas a religião pode ensinar sobre Deus.
- e) sugere que o irmão teve delírios místicos ao conviver com o passarinho.

4. O efeito de sentido produzido pela repetição de "no estágio de ser árvore" ao longo do poema é:

- a) reforçar a ideia de que o irmão abandonou sua humanidade.
- b) ironizar o papel do irmão diante do passarinho.
- c) Mitigar os métodos tradicionais de ensino.
- d) evidenciar o caráter científico da experiência do irmão.
- e) construir uma imagem poética de transformação e aprendizado.

Texto 02**Fraudes à venda: sites operam como lojas virtuais de golpes financeiros**

Cartões clonados, documentos falsos, contas usadas para lavar dinheiro e até pacotes especiais para quem quer aplicar fraudes financeiras. A Lupa localizou ao menos seis sites diferentes — hospedados no exterior — nos quais criminosos oferecem uma verdadeira prateleira de produtos e serviços para estelionatários. Como em e-commerces tradicionais, o "cliente", nesse caso, um fraudador ou potencial fraudador, pode comprar de forma automática itens que facilitam seus crimes.

Um dos sites, ativo desde maio deste ano, anuncia, por exemplo, "infos" — abreviação para "informações de cartões de crédito" roubadas —, a preços que variam de R\$ 35 a R\$ 120. Os "produtos" são separados pela categoria dos cartões, como gold, black ou infinite, e pelo limite de crédito disponível.

A compra funciona como em qualquer loja virtual: basta informar um e-mail e transferir o valor via Pix para receber, em poucos minutos, os dados do cartão que foi roubado de alguém que talvez nem saiba que já é uma vítima.

Vale destacar, porém, que o valor do limite dos cartões anunciados nos sites criminosos não corresponde necessariamente ao que o estelionatário conseguirá utilizar. Isso porque o titular legítimo do cartão pode continuar movimentando a conta, identificar transações suspeitas e bloqueá-la, ou simplesmente gastar os valores disponíveis.

No site ainda é possível testar os dados bancários roubados. E caso eles sejam recusados por aplicativos de pagamento, os vendedores garantem a troca por meio de um “termo de serviço” que promete a substituição das informações em até dez minutos. “Prazo de troca é de 10 min, após compra da ‘info’ vincular na carteira do [anonimizado] para verificar caso der o erro: ‘emissor recusou’ ou ‘dados inválidos’ manda print em algum adm com hora que comprou e a hora do teste. Obs: sem print cortado”, descreve a página.

Fonte: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2025/10/02/fraudes-a-venda-sites-operam-como-lojas-virtuais-de-golpes-financeiros>

5. Considere o trecho: "Vale destacar, porém, que o valor do limite dos cartões anunciados nos sites criminosos não corresponde necessariamente ao que o estelionatário conseguirá utilizar."

Assinale a alternativa que reescreve o trecho em conformidade com a norma-padrão e preservando integralmente seu sentido original.

- a) É válido ressaltar, contudo, que o limite anunciado dos cartões implica, necessariamente, na quantia a qual o fraudador terá acesso para uso.
- b) Cumpre salientar, todavia, que o valor do limite dos cartões divulgados nos sites pode não equivaler à quantia de que o estelionatário efetivamente disporá.
- c) Importa frisar, entretanto, que o estelionatário jamais conseguirá utilizar o valor do limite dos cartões, porquanto os sites criminosos são inherentemente fraudulentos.

d) Convém observar, portanto, que o valor do limite dos cartões corresponde ao que o criminoso utilizará, desde que a transação seja feita rapidamente.

e) É preciso destacar que, embora haja um valor de limite, o uso que o estelionatário fará do cartão depende do consentimento do titular legítimo.

6. No período “...para receber, em poucos minutos, os dados do cartão que foi roubado de alguém que talvez nem saiba que já é uma vítima.”, os termos em destaque e na ordem em que aparecem classificam-se sintática e morfologicamente como:

- a) pronome relativo; pronome relativo; conjunção integrante.
- b) conjunção integrante; pronome relativo; pronome relativo.
- c) pronome relativo; conjunção integrante; pronome relativo.
- d) conjunção integrante; conjunção integrante; pronome relativo.
- e) pronome relativo; pronome relativo; partícula expletiva.

7. No primeiro parágrafo, os travessões utilizados em “— hospedados no exterior —” cumprem a função sintático-semântica de:

- a) Isolar um vocativo, estabelecendo um diálogo direto com o leitor para fornecer uma informação adicional.
- b) Indicar uma mudança abrupta no fluxo do pensamento do autor, introduzindo uma ideia contrastante.
- c) Substituir os parênteses para intercalar uma informação acessória de caráter explicativo, detalhando a localização dos sites.
- d) Enfatizar uma opinião pessoal do jornalista sobre a origem dos sites, conferindo maior dramaticidade ao trecho.
- e) Separar uma citação direta, demarcando a fala de uma autoridade que investiga o caso.

8. A existência de um “termo de serviço” que garante a substituição de dados bancários inválidos, conforme descrito no último parágrafo, permite inferir que:

- a) Os administradores dos sites possuem um código de ética próprio, buscando ser justos com os fraudadores que compram seus “produtos”.
- b) Há uma competição acirrada entre os sites de fraude, o que os força a oferecer garantias para manter sua base de “clientes”.
- c) A eficácia dos dados vendidos é frequentemente baixa, exigindo um mecanismo de “pós-venda” para manter a aparência de um negócio confiável e funcional.
- d) As instituições financeiras possuem sistemas de segurança tão frágeis que a troca de dados roubados se torna um processo trivial e garantido.
- e) Os criminosos estão mais preocupados com a satisfação do “cliente” do que com o lucro, priorizando a reputação do site.

9. Considere a frase: “*No site ainda é possível testar os dados bancários roubados.*” Transpondo-a para a voz passiva sintética, a forma correta, de acordo com a norma-padrão, seria:

- a) No site ainda se testa os dados bancários roubados.
- b) No site ainda se testam os dados bancários roubados.
- c) No site ainda testam-se os dados bancários roubados.
- d) No site ainda é-se testado os dados bancários roubados.
- e) No site ainda se são testados os dados bancários roubados.

10. Ao utilizar expressões como “prateleira de produtos e serviços”, “e-commerce tradicionais” e “cliente”, o autor do texto pretende, principalmente:

- a) Instruir o leitor sobre como funciona o vocabulário específico do mundo do crime digital.
- b) Criar uma analogia para enfatizar a banalização e a estrutura comercial de uma atividade criminosa, tornando a escala do problema mais compreensível.
- c) Criticar o modelo de consumo capitalista, sugerindo que ele inspira até mesmo organizações criminosas.
- d) Utilizar uma linguagem irônica para suavizar a gravidade do tema e tornar a leitura mais agradável.
- e) Provar que os estelionatários são, na verdade, empreendedores que operam em um mercado não regulamentado.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

11. O Estado de Mato Grosso do Sul, visando desenvolver uma solução inovadora para o monitoramento digital de suas fronteiras, identificou que não há uma solução técnica específica disponível no mercado capaz de atender a todas as suas necessidades. Diante dessa complexidade, a Administração Pública estadual pretende instaurar um procedimento licitatório que envolva diálogos com licitantes previamente selecionados para desenvolver uma ou mais alternativas que atendam a suas demandas. Considerando a situação hipotética e as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta sobre a modalidade de licitação a ser adotada.

- a) A modalidade adequada é o pregão, pois se destina à aquisição de bens e serviços comuns, categoria na qual se enquadram as soluções de tecnologia, independentemente de sua complexidade.
- b) A situação descreve a hipótese de concurso, tendo em vista a necessidade de seleção de trabalho técnico-científico, devendo-se adotar o critério da melhor técnica ou conteúdo artístico.
- c) Deverá ser utilizada a concorrência, pois esta modalidade é obrigatória para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, como o desenvolvimento de novas tecnologias.
- d) Trata-se do diálogo competitivo, modalidade restrita à contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública necessita interagir com os licitantes para desenvolver uma solução, devendo, ao final, divulgar as soluções de uns aos outros para garantir a isonomia.
- e) A modalidade correta é o diálogo competitivo, sendo que, ao final da fase de diálogo, a Administração definirá a solução mais adequada e publicará um edital com as especificações, abrindo prazo para que todos os licitantes previamente selecionados apresentem suas propostas finais.

12. Um município de Mato Grosso do Sul pretende contratar um renomado escritório de advocacia para a defesa de seus interesses em uma complexa ação judicial que tramita no Supremo Tribunal Federal. O escritório em questão possui vasta e comprovada experiência na matéria, com diversos pareceres e memoriais que demonstram seu profundo conhecimento. A administração municipal, então, decide pela contratação direta por inexigibilidade de licitação. À luz da Lei nº 14.133/2021, para que a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização seja válida, é necessário que:

- a) o serviço seja de natureza singular, sendo vedada a contratação se houver pluralidade de profissionais com a mesma especialização no mercado.
- b) a empresa ou o profissional contratado demonstre sua notória especialização, sendo esta a única condição exigida para a inexigibilidade.
- c) o serviço a ser prestado seja de natureza predominantemente intelectual e a empresa contratada detenha notória especialização, sendo vedada a contratação para serviços de publicidade e divulgação.
- d) a contratação seja para patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas, não se aplicando a inexigibilidade para elaboração de pareceres, laudos ou perícias.
- e) a notória especialização seja demonstrada por meio de certificados de participação em cursos e congressos, sendo este o critério principal para aferição do conhecimento do contratado.

13. O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) planeja firmar um contrato de eficiência para a modernização de seu sistema de iluminação e climatização, buscando reduzir suas despesas operacionais. O objetivo é remunerar o contratado com base na economia gerada. Para tanto, a administração do tribunal precisa escolher o critério de julgamento mais adequado para a licitação. Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que descreve corretamente o critério de julgamento aplicável a essa situação.

- a) Menor preço, pois o objetivo final é a redução de despesas, devendo a licitação selecionar a proposta que demande o menor investimento inicial.
- b) Melhor técnica ou conteúdo artístico, pois a eficiência do sistema depende da qualidade dos equipamentos e do projeto a ser implementado.
- c) Maior retorno econômico, utilizado exclusivamente para a celebração de contratos de eficiência, que considera a maior economia para a Administração, sendo a remuneração do contratado fixada como um percentual dessa economia.
- d) Técnica e preço, pois a Administração deve ponderar tanto a qualidade da solução técnica proposta quanto o valor da remuneração solicitada pelo licitante.
- e) Maior lance, pois o contrato de eficiência visa a uma parceria em que o contratado oferece uma vantagem econômica à Administração, que deve ser maximizada na licitação.

14. O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por razões de interesse público devidamente justificadas em processo administrativo, decide retomar o serviço de transporte intermunicipal de passageiros, atualmente operado por uma empresa privada sob regime de concessão, antes do término do prazo contratual. O contrato está sendo executado de forma regular pela concessionária. Essa forma de extinção da concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, é denominada:

- a) caducidade, declarada pelo poder concedente em razão da inexecução total ou parcial do contrato pela concessionária.
- b) encampação, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização à concessionária.
- c) anulação, em virtude da constatação de ilegalidade no procedimento licitatório que originou o contrato.
- d) rescisão judicial, por iniciativa da concessionária, em caso de descumprimento de normas contratuais pelo poder concedente.
- e) reversão, que ocorre ao término do prazo contratual com a transferência dos bens da concessionária para o poder concedente.

15. Durante uma operação policial em uma área urbana de Campo Grande - MS, ocorre uma intensa troca de tiros entre policiais e criminosos. Um morador, que estava dentro de sua residência, é atingido e morto por um projétil de arma de fogo. A perícia não consegue determinar a origem do disparo, se partiu da arma de um policial ou de um criminoso. A família da vítima ajuíza uma ação contra o Estado. De acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, a responsabilidade civil do Estado neste caso:

- a) é afastada, pois a impossibilidade de determinar a origem do disparo configura a quebra do nexo de causalidade entre a ação estatal e o dano.
- b) é subjetiva, dependendo da comprovação de que os agentes policiais agiram com imprudência, negligência ou imperícia durante a operação.
- c) é objetiva, recaindo sobre o Estado o dever de indenizar, em razão do risco criado pela operação policial, ainda que a perícia seja inconclusiva quanto à autoria do disparo.
- d) é integralmente do Estado, que deve indenizar a vítima e, posteriormente, buscar o ressarcimento junto aos criminosos envolvidos na troca de tiros.
- e) depende da demonstração de que a operação policial foi ilegal ou desnecessária, caso contrário, presume-se a legitimidade da ação estatal e afasta-se o dever de indenizar.

16. Considerando as balizas normativas e doutrinárias sobre o controle da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A ação popular, a ação civil pública e o mandado de segurança são instrumentos de controle judicial.
- b) É competência do Tribunal de Contas da União apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, julgando-as mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento
- c) O controle externo em geral é considerado aquele realizado por um Poder sobre os atos administrativos praticados por outro Poder.
- d) O controle legislativo manifesta-se basicamente pelo controle exercido pelo congresso nacional e pelo controle exercido pelo Tribunal de Contas da União.
- e) O controle finalístico é exercido pela administração direta sobre a indireta.

17. A respeito da organização administrativa brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, a exploração indireta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- b) As agências executivas não representam nova categoria de pessoa jurídica, mas uma qualificação que o poder público pode conferir a empresas estatais que celebrarem contrato de gestão com o poder central.
- c) A partir da descentralização por colaboração, a lei cria ou autoriza a instituição de entidades da administração indireta.
- d) Os órgãos da administração direta possuem personalidade distinta do ente federativo.
- e) A Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul é exemplo de administração centralizada desconcentrada.

18. Assinale a alternativa correta acerca das espécies e classificações dos atos administrativos:

- a) atos enunciativos são aqueles que contêm uma declaração da Administração quanto a um fato ou uma situação, como licenças e autorizações.
- b) atos complexos resultam da manifestação de um único órgão, requerendo a vontade instrumental de outro órgão para se aperfeiçoarem.
- c) atos simples são aqueles que resultam da declaração de vontade de um único órgão, podendo ser singular ou colegiado.
- d) nos atos compostos a manifestação de vontade de dois ou mais órgãos se fundem para formação de um único ato.
- e) atos negociais são marcados pela existência de um alinhamento entre o interesse público e o privado, a exemplo das interdições.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

19. Analise os seguintes itens:

- I- Para que haja a recepção de uma determinada lei por nova Constituição, ela deverá, tão somente: ser vigente; ser material e formalmente compatível com o novo texto constitucional.
- II- No Brasil, caso não haja cláusula especial para determinar a data de sua vigência, a Constituição produzirá efeitos imediatos.
- III- A repringa se dá quando uma norma é revogada tem sua vigência restabelecida.

Está correto aquilo que se afirma nos itens:

- a) Nenhum dos itens.
- b) Todos os itens.
- c) I e II.
- d) II apenas.
- e) II e III.

20. Após o regular trâmite de processo judicial, com contraditório e ampla defesa, transitou em julgado a sentença penal que condenou Bruno pela prática de crime doloso, aplicando-lhe pena privativa de liberdade de dois anos, posteriormente substituída por prestação de serviços à comunidade. Enquanto cumpre a pena, Bruno pretende participar de atividades cívicas e concorrer a cargo eletivo.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Bruno não sofreu restrição de seus direitos políticos, pois a substituição da pena por prestação de serviços descharacteriza a suspensão prevista no art. 15, III, da CF.
- b) Bruno sofreu suspensão de seus direitos políticos, ainda que a pena privativa de liberdade tenha sido substituída por restritiva de direitos, permanecendo a restrição enquanto durar o cumprimento da pena.
- c) Bruno não pode ajuizar ação popular, pois esta exige capacidade eleitoral ativa, a qual fica definitivamente cassada com a condenação criminal.
- d) Bruno pode se filiar e permanecer filiado a partido político, mas não pode exercer o voto nem disputar eleições durante o período de prestação de serviço.
- e) Bruno somente perderá os direitos políticos se houver expressa decisão judicial declaratória da suspensão após o início do cumprimento da pena.

21. Sobre o processo legislativo previsto na CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis ordinárias, leis complementares, leis delegadas, medidas provisórias, decretos presidenciais e resoluções.
- b) O princípio da simetria impõe que as regras básicas do processo legislativo estabelecidas na CF/1988 sejam obrigatoriamente observadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- c) O controle judicial preventivo da constitucionalidade pode ser realizado pelo

Supremo Tribunal Federal por meio de ação direta de constitucionalidade antes da promulgação de uma lei.

- d) O veto presidencial é ato político irretratável, não podendo ser superado pelo Congresso Nacional, ainda que a maioria absoluta dos parlamentares vote pela sua rejeição.
- e) As medidas provisórias são incluídas no processo legislativo comum, devendo seguir o mesmo rito de tramitação das leis ordinárias.

22. Durante o julgamento de um processo em tribunal, o relator suscitou a constitucionalidade de um dispositivo legal e o órgão fracionário do tribunal, por maioria simples, afastou a aplicação da norma ao caso concreto, sem submeter a questão ao Plenário ou ao órgão especial.

À luz do sistema de controle de constitucionalidade previsto na CF/1988, é correto afirmar que o órgão julgador

- a) agiu corretamente, pois qualquer órgão judicial pode afastar a aplicação de norma inconstitucional em controle difuso, independentemente da instância.
- b) agiu incorretamente, pois mesmo no controle difuso, a declaração de constitucionalidade por tribunal exige o voto da maioria simples do órgão fracionário.
- c) agiu corretamente, pois a cláusula de reserva de plenário só se aplica ao controle concentrado de constitucionalidade.
- d) agiu incorretamente, pois violou a cláusula de reserva de plenário, uma vez que órgão fracionário de tribunal não pode afastar a aplicação de norma por constitucionalidade sem submeter a questão ao Plenário ou órgão especial.
- e) agiu corretamente, pois não houve declaração expressa de inconstitucionalidade, mas apenas o afastamento da norma ao caso concreto, o que dispensa a reserva de plenário.

23. Durante o trâmite legislativo, a Assembleia Legislativa de determinado Estado aprovou projeto de lei que criava novas secretarias estaduais, sob iniciativa de um deputado. O governador sancionou a norma e a lei foi publicada no Diário Oficial. Posteriormente, questionada em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Procuradoria-Geral de Justiça sustentou que o diploma legal deveria ser declarado inconstitucional.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta

- a) A lei é válida, pois a sanção do governador convalida eventual vício de iniciativa.
- b) A lei é inválida, pois a iniciativa para criação de secretarias estaduais é privativa do governador, e a sanção não convalida esse vício.
- c) A lei é válida, pois o processo legislativo estadual não precisa observar as mesmas regras do processo legislativo federal.
- d) A lei é inválida, mas por vício de deliberação, já que a matéria deveria ter sido aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) A lei é válida, porque matérias administrativas estaduais podem ser objeto de iniciativa parlamentar, desde que o governador sancione o projeto.

24. Analise as seguintes afirmações acerca do Poder Judiciário e assinale a alternativa que apresenta os itens corretos:

I- Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar os Ministros de Estado nos crimes de Responsabilidade.

II- Caso não sejam feitas pelo Presidente da República no prazo legal, as indicações ao CNJ serão feitas pelo Senado Federal.

III- É considerada relevante, para fins de Recurso Especial, a ação cujo valor da causa ultrapasse 500 salários-mínimos.

a) Todos estão corretos.

b) Nenhum está correto

- c) I e II apenas.
- d) I e III apenas.
- e) II e III apenas.

25. Lucas, servidor público federal, teve sua promoção funcional negada por decisão administrativa fundamentada em interpretação controvertida de norma interna, mesmo preenchendo todos os requisitos objetivos para o avanço na carreira. Após tentar resolver a situação administrativamente sem sucesso, buscou ajuda jurídica para reverter a situação. Seu advogado analisou o caso e entendeu que o ato foi ilegal, pois violou direito subjetivo de Lucas, líquido e certo, comprovável por documentos oficiais já existentes. Considerando o caso narrado e os remédios constitucionais previstos na CF/1988, assinale a alternativa que apresenta o instrumento processual mais adequado para a tutela do direito violado:

- a) Habeas corpus, pois houve violação a direito fundamental do servidor público, justificando-se a concessão de ordem em defesa da sua dignidade funcional.
- b) Ação popular, pois o ato administrativo ilegal que negou a promoção de Lucas viola o princípio da moralidade administrativa, sendo passível de anulação por qualquer cidadão.
- c) Mandado de segurança, pois o direito à promoção funcional é líquido e certo, e o ato administrativo violador é de autoridade pública, não sendo cabível habeas corpus nem habeas data.
- d) Habeas data, pois a obtenção da promoção funcional depende do acesso e eventual retificação de informações constantes no banco de dados funcional da Administração.
- e) Mandado de injunção, pois a norma interna que disciplina a promoção é de eficácia limitada e ainda carece de regulamentação, impedindo o exercício pleno do direito de Lucas.

26. O Estado X editou lei complementar, de iniciativa parlamentar, determinando que 40% do orçamento da Defensoria Pública estadual fosse destinado à celebração de convênios com a OAB para custear a atuação de advogados privados na prestação de assistência judiciária suplementar. A Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos, insatisfeita com a situação, questionou a validade da norma perante o STF, sob o argumento de violação à autonomia da Defensoria Pública. Com base na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A lei é constitucional, pois cabe ao Poder Executivo definir a destinação orçamentária de todos os órgãos e instituições estaduais, inclusive da Defensoria Pública.
- b) A lei é inconstitucional apenas sob o aspecto formal, por vício de iniciativa, já que compete exclusivamente ao Governador propor leis que tratem da organização administrativa dos órgãos estaduais.
- c) A lei é inconstitucional, pois viola a autonomia funcional, administrativa e financeira da Defensoria Pública, além de configurar interferência indevida do Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária da instituição.
- d) A lei é constitucional, pois a destinação de recursos a advogados dativos amplia a rede de atendimento e garante maior efetividade ao direito de acesso à justiça, não havendo prejuízo à Defensoria Pública.
- e) A lei é formalmente constitucional, mas materialmente inconstitucional, pois embora respeite o processo legislativo, afronta o princípio da separação dos Poderes ao impedir a Defensoria Pública de propor sua própria lei orçamentária.

CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbert Almeida

27. Considerando a jurisprudência do STF, marque a opção correta:

- a) o Tribunal de Contas da União, órgão sem função jurisdicional, pode declarar a inconstitucionalidade de lei federal, desde que os efeitos sejam *erga omnes* e vinculantes no âmbito de toda a Administração Pública Federal.
- b) é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- c) o Tribunal de Contas poderá determinar a quebra do sigilo bancário de operações de crédito firmadas por bancos estatais com recursos públicos.
- d) a sustação de contratos administrativos poderá ser determinada diretamente pelo Tribunal de Contas da União, no caso de descumprimento de determinações.
- e) se imprescindível para o exercício do controle externo, o Tribunal de Contas poderá afastar normas cuja aplicação no caso expressaria um resultado inconstitucional, seja por violação patente a dispositivo da Constituição ou por contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria

28. O sistema clássico de repartição de competências defendido pelo Barão de Montesquieu, em *O espírito das leis*, não atende mais à complexidade da sociedade atual. É inimaginável acreditar que o poder, na sociedade, divida-se apenas em três plexos de competência: legislativo, executivo e judiciário. O sistema atual é muito mais complexo, motivo pelo qual vários Estados acabam instituindo estruturas autônomas, sem subordinação a qualquer dos Poderes clássicos.

Nessa linha, é correto afirmar que o Tribunal de Contas da União:

- a) é órgão subordinado às casas do Poder Legislativo, ainda que não faça parte deste Poder.
- b) compõe o Poder Judiciário, mas goza de características e prerrogativas próprias.
- c) não faz parte da estrutura dos três Poderes, motivo pelo qual as suas decisões formam coisa julgada em sentido estrito.
- d) não compõe o Poder Legislativo, mas as suas decisões estão sujeitas à revisão das casas legislativas, que são titulares do controle externo.
- e) não é subordinado ao Poder Legislativo, exercendo atribuições próprias e privativas, nos termos da Constituição Federal.

29. Sobre as disposições constitucionais, é correto afirmar que compete ao Tribunal de Contas da União:

- a) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- b) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, independentemente de previsão no tratado constitutivo.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, incluindo as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estado, ao Distrito Federal ou a município.
- e) sustar, de imediato, a execução de contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

30. O TCU possui diversas competências próprias e privativas, definidas no texto constitucional. Uma delas é a aplicação de multa proporcional ao dano causado ao erário. Sobre esse tema, pode-se afirmar que:

- a) a aplicação de penalidades independe de previsão em lei, uma vez que o seu fundamento se encontra diretamente na Constituição Federal.
- b) o TCU somente poderá aplicar a sanção de multa proporcional ao dano, por expressa determinação constitucional.
- c) por não se tratar de órgão jurisdicional, o TCU poderá aplicar sanções sem observar o devido processo legal.
- d) a competência sancionatória do TCU se submete ao controle do Poder Legislativo, titular do controle externo.
- e) a decisão que aplicar a multa terá eficácia de título executivo extrajudicial.

31. Julgue os itens a seguir e marque a opção correta:

- I. Em todos os processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa, em observância ao princípio constitucional do devido processo legal e da ampla defesa.
- II. Compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- III. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

32. Caso o Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul tenha a necessidade de examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos sujeitos ao seu controle, será adotado, como instrumento de fiscalização, o(a):

- a) auditoria
- b) inspeção
- c) acompanhamento
- d) monitoramento
- e) tomada de contas especial

33. Sobre os recursos que podem ser apresentados ou opostos nos processos perante o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, julgue os itens a seguir:

- I. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão ou acórdão para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o Relator, a câmara ou o Tribunal Pleno de ofício ou a requerimento; ou corrigir erro material.
- II. O recurso ordinário, que poderá ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, é cabível para o Tribunal Pleno contra acórdão de Câmara que tenha julgado o ato sujeito ao controle externo do Tribunal de Contas.
- III. Cabe recurso de agravo de instrumento contra a decisão singular interlocutória no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência da decisão.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

34. Acerca das sanções que podem ser impostas pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, avalie os itens subsequentes:

- I. A multa em razão de dano ao erário poderá ser de até cem por cento do valor do dano, salvo quando houver majoração em razão de reincidência.
- II. A proibição para a pessoa celebrar negócios jurídicos com órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, inclusive suas fundações, e de receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, poderá ser de até cinco anos.
- III. A inabilitação para o exercício de cargo comissionado ou de função de confiança na Administração Pública poderá ser aplicada pelo prazo de cinco a oito anos.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Emerson Bruno

35. Com base nas vedações impostas aos servidores do Tribunal de Contas, conforme dispõe o Código de Ética, assinale a opção correta

- a) É permitido ao servidor manifestar-se publicamente sobre voto ou decisão de membros do Tribunal, desde que o faça em caráter técnico e sem ofensas pessoais.
- b) O servidor pode divulgar relatórios ou instruções constantes em processos ainda não apreciados, desde que essas informações sejam de interesse público e não envolvam sigilo funcional.

c) O servidor poderá manifestar-se em nome do Tribunal de Contas sempre que tratar de tema relacionado à sua área de atuação, independentemente de autorização específica.

d) Constitui vedação ao servidor atribuir a outrem conduta ou erro próprio, bem como apresentar como de sua autoria ideias ou trabalhos de outrem.

e) Durante o horário de expediente, o servidor pode dedicar-se a estudos e leituras de qualquer natureza, ainda que incompatíveis com suas funções, desde que mantenha o cumprimento das metas estabelecidas.

36. Com base nas vedações impostas ao servidor efetivo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul após deixar o cargo, assinale a alternativa incorreta.

- a) O ex-servidor não poderá atuar, em benefício próprio ou de terceiros, em processo no qual tenha atuado quando estava no exercício do cargo.
- b) É vedado ao ex-servidor fazer uso de informações privilegiadas ou estratégicas obtidas durante o exercício da função, mesmo que essas informações ainda não tenham sido tornadas públicas.
- c) O ex-servidor não poderá representar ou intervir junto ao Tribunal de Contas em favor de interesses de terceiros, seja direta ou indiretamente.
- d) O ex-servidor poderá, sem restrições, prestar serviços a pessoas físicas ou jurídicas com as quais tenha mantido relacionamento funcional durante o exercício do cargo, desde que respeite o sigilo profissional.
- e) Cabe aos agentes públicos do Tribunal comunicar a ocorrência de situações que caracterizem as vedações previstas, para a devida verificação, conforme o Código de Ética.

37. Com base nas disposições do Código de Ética do Tribunal de Contas referentes à apuração de condutas irregulares, impedimentos e compromissos funcionais, assinale a alternativa incorreta.

a) A autoridade que tiver conhecimento de irregularidade envolvendo agente público do Tribunal deve comunicar o fato, por escrito e de forma imediata, ao Corregedor-Geral.

b) Todo servidor, ao tomar posse em cargo efetivo ou em comissão, deve firmar compromisso de observância e respeito às regras previstas no Código de Ética.

c) A Comissão de Ética, ao receber denúncia contra servidor público cedido ao Tribunal, deve apurar os fatos e encaminhar o resultado diretamente ao órgão de origem do servidor, sem necessidade de manifestação da Corregedoria-Geral.

d) O membro titular da Comissão de Ética ficará impedido de participar de processo que envolva parentes até o terceiro grau, sendo substituído automaticamente por suplente convocado pelo Presidente.

e) Conflitos de interesse relacionados às atividades profissionais de membros da Comissão de Ética devem ser informados ao Presidente.

38. Com base no disposto na Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, que trata do controle externo exercido pela Assembleia Legislativa com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, assinale a alternativa incorreta.

a) Compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, emitindo parecer prévio no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento.

b) Cabe ao Tribunal de Contas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, inclusive os que, por dolo ou culpa, causem prejuízo ao erário.

c) O Tribunal de Contas tem a competência de apreciar, para fins de registro, a legalidade de atos

de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, inclusive quanto a melhorias posteriores que modifiquem o fundamento do ato concessório.

d) O Tribunal de Contas pode realizar inspeções e auditorias contábeis, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais por iniciativa própria ou mediante solicitação da Assembleia Legislativa, de comissão técnica ou de inquérito.

e) É atribuição do Tribunal de Contas fiscalizar as contas das empresas em que o Estado participe, de forma direta ou indireta, observados os termos de seus estatutos.

39. No que concerne à disciplina, organização e composição do Tribunal de Contas do Estado, conforme dispõe a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa incorreta.

a) O Tribunal de Contas do Estado é composto por sete Conselheiros, possui sede na Capital e jurisdição em todo o território estadual.

b) O Tribunal de Contas funcionará de acordo com o seu regimento interno e será organizado por meio de lei orgânica própria.

c) Podem ser nomeados Conselheiros do Tribunal de Contas brasileiros maiores de trinta anos e menores de setenta, com reputação ilibada e notórios conhecimentos em áreas jurídicas, contábeis, econômicas, financeiras ou de administração pública.

d) Entre os sete Conselheiros, três sétimos serão indicados pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo dois escolhidos alternadamente entre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

e) Quatro sétimos dos Conselheiros do Tribunal de Contas serão escolhidos pela Assembleia Legislativa.

40. No que concerne às hipóteses e ao procedimento de intervenção do Estado nos Municípios, conforme o disposto na Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Estado poderá intervir em Município quando este deixar de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- b) A intervenção estadual é cabível se o Município deixar de aplicar o percentual mínimo da receita municipal destinado à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.
- c) A ausência de prestação de contas municipais, nos termos da lei, configura hipótese autorizadora de intervenção do Estado.
- d) O decreto de intervenção deverá especificar sua amplitude, o prazo e as condições de execução, podendo dispensar nomeação de interventor, e será submetido à Assembleia Legislativa em até quarenta e oito horas.
- e) O Estado poderá intervir para assegurar a observância de princípios constitucionais ou para prover a execução de lei, ordem ou decisão judicial, mediante provimento de representação pelo Tribunal de Justiça.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

41. De acordo com os conceitos relacionados à depreciação definidos no CPC 27, analise as seguintes assertivas:

- a) A depreciação de um ativo somente deve ser contabilizada a partir do momento em que o ativo estiver em uso.
- b) O reparo e a manutenção de um ativo podem preservar suas condições originais, mas não evitam a necessidade de depreciá-lo.
- c) A redução do valor residual de um ativo imobilizado proporcionará redução da cota de depreciação

mensal desse ativo, caso sua vida útil seja mantida inalterada

d) O valor da depreciação de um ativo imobilizado pode ser calculado por vários métodos, mas, uma vez escolhido, o método deve ser mantido até a baixa do ativo em questão.

e) O valor de aquisição e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício, e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de política contábil.

42. Assinale a alternativa correta a respeito da redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

- a) O teste de recuperabilidade, também chamado de impairment test, define que o valor recuperável de um ativo é o menor número absoluto entre o valor justo, líquido de despesas de venda, e o seu valor de uso.
- b) A constatação de que o valor de mercado das ações de uma empresa é superior ao seu valor patrimonial é um indicativo externo de que seus ativos podem estar sobreavaliados, sinalizando a necessidade de realização de testes de recuperabilidade do valor patrimonial desses ativos.
- c) A reversão da perda por irrecuperabilidade de ativos deve ser reconhecida em contas de patrimônio líquido, em razão de sua natureza.
- d) O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é registrado pelo seu custo incorrido, e está sujeito a depreciação, quando aplicável, bem como a ajuste pelo valor recuperável, caso este seja menor que o valor contábil líquido.
- e) Um ativo imobilizado ou intangível pode ter seu valor contábil aumentado em função de teste de imparidade, desde que esse aumento configure reversão de uma perda por irrecuperabilidade reconhecida anteriormente e até o limite do valor contábil que ele teria se nenhuma perda por irrecuperabilidade tivesse sido reconhecida.

43. A Cia. Gremista adquiriu, em 31/12/2022, um equipamento por R\$ 1.360.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil econômica deste equipamento em 20 anos e o valor residual em R\$ 160.000,00. Em 31/12/2023, após o reconhecimento da depreciação referente ao ano de 2023, a Cia. reavaliou a vida útil do equipamento para 15 anos e reestimou o valor residual para R\$ 100.000,00. Com base nestas informações sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a despesa com depreciação, o valor da Depreciação Acumulada evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Gremista, em 31/12/2024, foi, em reais, de

- a) 140.000,00.
- b) 157.500,00.
- c) 168.000,00.
- d) 135.000,00
- e) 170.000,00.

44. Uma entidade possuía, em 31/12/2024, dois terrenos, que estavam contabilizados em seu ativo imobilizado, por R\$ 1.000.000 e R\$ 1.300.000. Em 2051 a entidade transferiu os dois terrenos para a conta Propriedade para Investimento, pois a intenção passou a ser valorização do capital.

Na data da transferência, o valor justo de cada um dos terrenos era de R\$ 1.100.000.

Assinale a opção que indica o efeito da contrapartida do reconhecimento do valor justo dos dois terrenos.

- a) Diminuição de R\$ 100.000 em ajustes de avaliação patrimonial.
- b) Aumento de R\$ 100.000 em resultado do exercício.
- c) Diminuição de R\$ 200.000 em resultado do exercício.
- d) Aumento de R\$ 100.000 em ajustes de avaliação patrimonial e diminuição de R\$ 200.000 no resultado do exercício.
- e) Diminuição de R\$ 100.000 em ajustes de avaliação patrimonial e aumento de R\$ 200.000 no resultado do exercício.

45. Um contador, ao analisar ações judiciais nas quais a empresa SS S.A. figura como ré, identificou um processo decorrente de uma autuação fiscal no valor total de R\$ 500.000 e cujo julgamento final estava próximo. Considerando que a perda do processo pela SS S.A. era provável, os advogados da empresa e peritos independentes estimaram cinco cenários de probabilidades de desembolsos futuros, como mostra o quadro seguinte.

Cenário	Desembolso	Probabilidade
1	500.000	10%
2	400.000	15%
3	300.000	20%
4	200.000	25%
5	100.000	30%

Nesse caso, a empresa SS S.A. deverá reconhecer uma provisão de

- a) R\$ 0.
- b) R\$ 250.000.
- c) R\$ 300.000.
- d) R\$ 350.000.
- e) R\$ 500.000.

46. Uma empresa vendeu determinado ativo nos mercados ativos do Rio de Janeiro e São Paulo, mas nenhum desses mercados é o principal. Na data da mensuração desse ativo, os valores relacionados às transações de venda eram os seguintes.

	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO
Preço de Venda	1000	950
Custo de Transporte	100	30
Custo de Transação	50	50

Nessa situação, o referido ativo será avaliado a valor justo por

- a) 850
- b) 870
- c) 900
- d) 920
- e) 950

47. A Cia. JLS reconheceu, durante o ano de 2010, vendas brutas no valor total de R\$ 6.000.000,00. As seguintes informações adicionais são conhecidas sobre fatos ocorridos no mesmo ano:

- Devoluções de vendasR\$ 720.000,00
- Abatimentos sobre vendasR\$ 450.000,00
- Comissões sobre as vendas realizadasR\$ 150.000,00
- Frete para entrega das vendas realizadasR\$ 60.000,00
- Impostos sobre vendasR\$ 1.110.000,00
- Estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosaR\$ 180.000,00
- Recuperação de crédito com clientesR\$ 30.000,00

Sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi R\$ 2.400.000,00, a Receita Líquida de vendas e o Lucro Bruto (Resultado com Mercadorias) apurados pela Cia. JLS, no ano de 2019, foram, respectivamente, em reais,

- a) 3.720.000,00 e 960.000,00.
- b) 3.660.000,00 e 1.260.000,00.
- c) 3.720.000,00 e 1.320.000,00.
- d) 3.720.000,00 e 1.260.000,00.
- e) 3.660.000,00 e 1.110.000,00.

48. Com base na legislação societária e nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, assinale a alternativa correta com relação a Demonstração do Resultado do exercício.

- a) A elaboração da demonstração do resultado do exercício pelo método da natureza não exime a empresa da divulgação adicional de informações das despesas segundo sua função.
- b) Na demonstração de resultado, apesar de a legislação societária induzir a apresentação da despesa pela natureza, ela também poderá ser apresentada de acordo com a sua função.
- c) As sociedades por ações de capital aberto deverão iniciar sua demonstração do resultado do exercício pela receita bruta.
- d) Na demonstração de resultado do exercício (DRE), as despesas devem ser subclassificadas. A escolha

da classificação dos gastos pela função da despesa ou pelos gastos por natureza está baseada na capacidade de o método proporcionar informação mais confiável e mais relevante à entidade, cumpridas as determinações legais.

- e) A mensuração da receita é feita pelo valor nominal das contraprestações recebidas ou a receber.

49. A empresa S2 S/A, que adota o sistema de inventário permanente, comprou mercadorias com objetivo de revenda, pagas 80% em dinheiro e o restante por meio de aceite de duplicatas. O valor total da nota fiscal é de R\$ 115.000,00, com a alíquota de IPI em 15% e ICMS destacado na nota fiscal com alíquota de 20%. Desta maneira, assinale a alternativa em que o lançamento contábil desta operação se apresenta CORRETAMENTE:

- a) D - Estoque de mercadorias R\$ 80.000,00
D - ICMS a recuperar R\$ 18.000,00
D - IPI a recuperar R\$ 15.000,00
C - Caixa R\$ 92.000,00
C - Duplicatas a pagar R\$ 23.000,00
- b) D - ICMS a recuperar R\$ 20.000,00
D - IPI a recuperar R\$ 15.00,00
C - Caixa R\$ 12.800,00
C - Duplicatas a pagar R\$ 3.200,00
- c) D - Compras R\$ 95.000,00
D - ICMS a recuperar R\$ 20.000,00
C - Caixa R\$ 92.000,00
C - Duplicatas a pagar R\$ 23.00,00
- d) D - Estoque de mercadorias R\$ 95.000,00
D - IPI a recuperar R\$ 22.00,00
C - Caixa R\$ 92.00,00
C - Duplicatas a pagar R\$ 23.00,00
- e) D - Estoque de mercadorias R\$ 95.000,00
D - ICMS a recuperar R\$ 20.000,00
C - Caixa R\$ 92.000,00
C - Duplicatas a pagar R\$ 23.00,00

50. A respeito da demonstração do valor adicionado (DVA), de acordo com a legislação societária e os pronunciamentos do CPC, assinale a opção correta.

- a) A receita com vendas e prestação de serviços deve ser apresentada líquida de seus efeitos tributários, uma vez que tributos não constituem receitas efetivas da empresa.
- b) O reconhecimento de resultado positivo de equivalência patrimonial diminui o valor adicionado recebido em transferência.
- c) O valor do prejuízo do exercício integra o item remuneração do capital próprio da demonstração do valor adicionado.
- d) O reconhecimento de amortização, depreciação e exaustão aumenta o valor adicionado líquido produzido pela entidade.
- e) Despesas de juros, inclusive as variações cambiais passivas, são consideradas distribuição de riqueza, sendo classificadas na DVA como remuneração do capital próprio.

51. As informações abaixo serão utilizadas pelo contador para elaborar o fluxo de caixa da empresa Xis.

Operação	Reais
Redução em fornecedores	23.000
Aquisição de ativo imobilizado	30.000
Aquisição de investimentos	45.000
Aumento em impostos e contribuições a recolher	19.000
Baixas líquidas do ativo imobilizado	7.600
Depreciação e amortização	49.000
Empréstimos tomados	80.000
Integralização de capital	50.000
Lucro do Exercício	25.000
Pagamentos de empréstimos – principal	78.000
Redução em contas a receber	30.000
Aumento nos estoques	19.500
Resultado positivo da Equivalência Patrimonial	17.000
Assinale a alternativa com o total do caixa líquido gerado nas atividades operacionais na	

demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto da empresa.

- a) R\$ 39.600.
- b) R\$ 57.000.
- c) R\$ 64.600.
- d) R\$ 71.100.
- e) R\$ 98.600.

52. A Alfa S.A. adquiriu um equipamento em 01/07/20x1 pelo valor de R\$ 720.000,00. A entidade estimou uma vida útil de 12 anos e um valor residual de R\$ 36.000,00. Quando completou 8 anos de uso, após análise de relatórios internos de operação, a Alfa S.A. contratou uma empresa especializada para revisar a vida útil do equipamento. O relatório de avaliação indicou que o equipamento tinha uma vida útil de 5 anos a partir daquela data. Consequentemente, a estimativa do valor residual também foi aumentada em R\$ 4.000,00.

Considerando essas informações e as disposições NBC TG 23 (R2), a Alfa S.A. deverá

- a) ajustar o cálculo da depreciação, a partir da nova vida útil e manter o valor residual original estimado.
- b) ajustar o valor da nova depreciação anual de R\$ 37.600,00 até o período mais antigo apresentado, para refletir a nova política contábil.
- c) apurar o valor em uso ou o valor líquido de venda, para testar a recuperabilidade do valor contábil do equipamento.
- d) manter os valores originais relativos ao equipamento, para não configurar reavaliação de ativos, que não é legalmente permitida.
- e) tratar o valor da nova depreciação anual de R\$ 44.800,00 de forma prospectiva, por se tratar de uma mudança de estimativa contábil.

53. São dadas as seguintes informações, relativas à escrituração da Cia. Industrial Embiribeira, no exercício de 2024 (em R\$):

Estoque inicial de produtos em elaboração	200.000,00
Mão-de-Obra direta	540.000,00
Despesas financeiras na aquisição de material direto	140.000,00
Estoque final de produtos acabados.....	300.000,00
Custos Indiretos de fabricação	960.000,00
Estoque final de produtos em elaboração.....	240.000,00
Material Direto consumido na produção	460.000,00
Despesa com fretes de venda	80.000,00
Estoque inicial de produtos acabados	400.000,00
O custo dos produtos vendidos pela companhia no exercício de 2024 correspondeu, em R\$, a	
a) 2.240.000,00	
b) 2.160.000,00	
c) 2.020.000,00	
d) 1.960.000,00	
e) 1.920.000,00	

54. Determinada empresa tem capacidade para produzir 6.000 unidades de seu único produto por mês. Sabe-se que este produto possui preço de venda bruto de R\$ 600,00 por unidade, a empresa adota o custeio por absorção e os custos e despesas incorridos para produzir e vender este produto são:

Custos fixos: R\$ 168.000,00/mês
Custos variáveis: R\$ 42,00/unidade
Despesas fixas: R\$ 42.000,00/mês
Comissões sobre venda: 3% do preço de venda bruto
Impostos sobre venda: 20% do preço de venda bruto
Se a empresa deseja obter um lucro de R\$ 315.000,00 e adota o método de custeio por absorção, o ponto de equilíbrio econômico é, em unidades,
a) 1050.
b) 1250.
c) 1.500.
d) 1.680.
e) 2.100.

55. O índice de endividamento geral é igual a

- a) 0,30
- b) 0,64
- c) 0,50
- d) 0,60
- e) 0,70

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

56. O Município Audazes dos Pampas, ao analisar a elaboração do Balanço Financeiro para o exercício de 2025, observou que este demonstrativo deve evidenciar todas as movimentações financeiras de entradas e saídas que impactam o caixa e equivalentes de caixa. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e considerando as particularidades da gestão orçamentária e financeira no setor público, assinale a opção **correta** em relação ao Balanço Financeiro:

- a) O Balanço Financeiro tem como propósito primordial a apuração do Superávit ou Déficit Financeiro, sendo este determinado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, conforme os atributos legais das contas patrimoniais.
- b) As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, não devem ser apresentadas no Balanço Financeiro, pois são registradas em contas de controle e afetam diretamente apenas o patrimônio líquido da entidade.
- c) Os Restos a Pagar inscritos no exercício devem ser computados nos recebimentos extraorçamentários do Balanço Financeiro, enquanto os pagamentos desses Restos a Pagar são classificados como dispêndios extraorçamentários.
- d) O Balanço Financeiro reflete exclusivamente a execução da receita e despesa orçamentária,

apresentando o equilíbrio entre a receita prevista e a despesa fixada, sem incluir quaisquer movimentações extraorçamentárias.

e) O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte no Balanço Financeiro compreende exclusivamente o numerário em caixa, desconsiderando os equivalentes de caixa e os depósitos restituíveis e valores vinculados.

57. O Município Audazes dos Pampas está desenvolvendo um novo software de gestão tributária que promete otimizar a arrecadação e melhorar a interação com o contribuinte. O projeto foi dividido em fases de pesquisa e desenvolvimento. Durante a fase de pesquisa, foram incorridos R\$ 200.000 em gastos com estudos de viabilidade e protótipos iniciais, sem a certeza de sucesso técnico. Na fase de desenvolvimento, após a comprovação da viabilidade técnica e a intenção de concluir e usar o software, foram gastos R\$ 500.000 em programação e testes, que atendem aos critérios de capitalização. Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), sobre o tratamento contábil desse software, assinale a opção **correta**:

a) Os gastos com estudos de viabilidade e protótipos iniciais na fase de pesquisa (R\$ 200.000) devem ser reconhecidos como ativo intangível, uma vez que são essenciais para o desenvolvimento do software, sendo acrescidos aos gastos da fase de desenvolvimento.

b) Somente os gastos da fase de desenvolvimento (R\$ 500.000) podem ser capitalizados como ativo intangível, pois a capitalização se inicia a partir do momento em que o ativo intangível atende aos critérios de reconhecimento, incluindo a viabilidade técnica e a intenção de uso.

c) Tanto os gastos da fase de pesquisa quanto os da fase de desenvolvimento devem ser integralmente reconhecidos como despesa no período em que são incorridos, pois softwares gerados

internamente não podem ser capitalizados como ativo intangível no setor público.

d) O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente por esse software deve ser reconhecido como ativo intangível, desde que seu valor possa ser mensurado com segurança e seja provável a geração de benefícios econômicos futuros.

e) Se o software for classificado como ativo intangível com vida útil indefinida, ele deve ser amortizado anualmente, com testes de recuperabilidade realizados apenas se houver indícios de perda de valor, em conformidade com as NBC TSP.

58. O Município Audazes dos Pampas decidiu realizar uma permuta de ativos com uma empresa privada. O município cedeu um terreno subutilizado, cujo valor contábil era de R\$ 800.000, e recebeu um software de gestão logística com o custo de desenvolvimento estimado em R\$ 1.200.000. Ambos os ativos não possuem mercado ativo para transações isoladas, mas o valor justo do software pode ser mensurado confiavelmente por meio de técnicas de avaliação. A permuta não possui natureza comercial para o município.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção **correta** sobre o registro contábil dessa permuta:

a) O software recebido deve ser mensurado pelo valor contábil do terreno cedido (R\$ 800.000), uma vez que a transação de permuta não possui natureza comercial e o valor justo de ambos os ativos não pode ser mensurado confiavelmente.

b) O terreno cedido deve ser desreconhecido pelo seu valor contábil de R\$ 800.000, e o software recebido deve ser reconhecido pelo seu valor justo de R\$ 1.200.000, com a diferença de R\$ 400.000 reconhecida como ganho patrimonial no resultado do período.

- c) Como a permuta não possui natureza comercial e não há mercado ativo para o terreno cedido, o software recebido deve ser mensurado pelo seu custo de desenvolvimento estimado de R\$ 1.200.000, e o terreno deve ser baixado pelo seu valor contábil.
- d) O custo do software recebido deve ser mensurado pelo seu valor justo de R\$ 1.200.000, pois, apesar da falta de mercado ativo para o terreno, o valor justo do ativo recebido é confiavelmente mensurável, sendo o terreno baixado pelo seu valor contábil de R\$ 800.000, e a diferença de R\$ 400.000 registrada como Variação Patrimonial Aumentativa (VPA).
- e) A permuta deve ser contabilizada com base no valor de face do ativo de maior valor, ou seja, o software, que será registrado por R\$ 1.200.000, enquanto o terreno será baixado por R\$ 800.000, com o ajuste de R\$ 400.000 reconhecido em conta de reserva de capital.

- 59.** O Município Audazes dos Pampas, ao final do exercício financeiro, está revisando a contabilização de seus ativos e passivos, com foco em garantir a fidedignidade de suas demonstrações. Dentre os elementos analisados, considerou a situação de um terreno recebido em doação e que ainda não tem um uso definido, bem como um software desenvolvido internamente, que está na fase de pesquisa.

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção **correta** sobre o tratamento contábil desses elementos:

- a) O terreno recebido em doação deve ser inicialmente mensurado pelo seu custo na data da aquisição e classificado como Propriedade para Investimento, pois seu uso ainda não foi definido, indicando potencial para valorização ou aluguel.
- b) Os gastos incorridos na fase de pesquisa do software devem ser reconhecidos como Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), enquanto a capitalização como ativo intangível somente é permitida para gastos da fase de desenvolvimento que atendam a critérios específicos.
- c) O software desenvolvido internamente, mesmo na fase de pesquisa, deve ser reconhecido como ativo intangível se for provável que os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços fluirão para a entidade, e seu custo puder ser mensurado com segurança.
- d) Se o terreno doado for classificado como Ativo Imobilizado, ele não estará sujeito à depreciação, mas deverá ser anualmente testado quanto à redução ao valor recuperável, enquanto o software na fase de pesquisa pode ser capitalizado se houver um plano formal de reestruturação.
- e) Tanto o terreno recebido em doação quanto os gastos com o software na fase de pesquisa devem ser reconhecidos como Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) na data da aquisição ou ocorrência dos gastos, respectivamente, uma vez que ambos representam um aumento no potencial de serviços da entidade.

60. O Município Audazes dos Pampas possui um portfólio diversificado de ativos financeiros, incluindo títulos de dívida pública de outros entes da federação e participações em empresas controladas indiretamente, que são gerenciados com a finalidade de obter rendimentos e realizar vendas no curto prazo para atender a compromissos de caixa. Ao final do exercício, a equipe contábil está avaliando a forma de mensuração subsequente desses ativos.

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção **correta** sobre a mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- a) Os títulos de dívida pública devem ser mensurados pelo custo amortizado, pois o objetivo de obter rendimentos indica que serão mantidos até o vencimento, e a intenção de venda no curto prazo não altera essa classificação primária.
- b) As participações em empresas controladas indiretamente, caso não sejam avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, devem ser obrigatoriamente mensuradas ao valor justo reconhecido diretamente no patrimônio líquido (VJPL), sem impacto no resultado do período.
- c) Ativos financeiros cujo modelo de negócios prevê tanto o recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto a venda para atender a compromissos de caixa, e que geram apenas pagamentos de principal e juros, devem ser mensurados pelo valor justo reconhecido diretamente no patrimônio líquido (VJPL).
- d) A mensuração pelo valor justo por meio do resultado (VJR) é a abordagem padrão para todos os ativos financeiros de curto prazo, pois reflete melhor a liquidez e a intenção de negociação da entidade pública.
- e) As perdas estimadas de ativos financeiros são reconhecidas exclusivamente em contas de patrimônio líquido para todos os modelos de mensuração subsequente, visando evitar distorções no resultado do período.

61. O Município Audazes dos Pampas realizou diversas operações envolvendo seus estoques durante o exercício. Dentre os itens, destacam-se:

- **Material de expediente para uso no almoxarifado**, adquirido com custos de frete e seguro.
- **Medicamentos para distribuição gratuita** à população carente, adquiridos por valor de mercado.
- **Cestas básicas** para programas sociais, recebidas em doação de uma organização não governamental.
- **Matéria-prima** para a produção de produtos comercializáveis por uma autarquia municipal, cujo custo histórico é R\$ 100.000, mas o valor realizável líquido estimado é de R\$ 80.000.

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção **correta** sobre o tratamento contábil desses estoques:

- a) Os medicamentos para distribuição gratuita devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo histórico e o valor realizável líquido, e o custo do frete e seguro do material de expediente devem ser reconhecidos como Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) no período.
- b) O material de expediente no almoxarifado, segundo o MCASP em linha com a Lei 4.320/64, deve ser mensurado pelo preço médio ponderado das compras, e os custos de frete e seguro diretamente atribuíveis à sua aquisição devem integrar o custo do estoque.
- c) As cestas básicas recebidas em doação devem ser mensuradas pelo valor contábil do doador na data da doação, pois se trata de uma transação sem contraprestação, e essa doação não gera uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) imediata.
- d) A matéria-prima para produtos comercializáveis deve ser mensurada pelo seu custo histórico de R\$ 100.000, e o ajuste pela diferença com o valor realizável líquido (R\$ 20.000) deve ser reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido, pois não é uma despesa.

e) As despesas de armazenamento dos medicamentos para distribuição gratuita devem ser incluídas no custo desses estoques, uma vez que são necessárias para manter os bens em condição de uso até a distribuição final à população.

62. O Município Audazes dos Pampas realizou as seguintes operações relacionadas aos seus ativos imobilizados durante o exercício:

I. Aquisição de um novo edifício administrativo pelo valor de R\$ 5.000.000, sendo R\$ 1.500.000 referentes ao terreno e R\$ 3.500.000 à construção.

II. Recebimento de um terreno em doação, com valor justo de R\$ 1.000.000 na data da aquisição, destinado a um futuro parque público, sem projeto definido.

III. Realização de melhorias significativas em um hospital municipal existente, no valor de R\$ 800.000, que aumentaram substancialmente sua capacidade de atendimento e prolongaram sua vida útil.

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção **correta** sobre o tratamento contábil desses eventos:

a) O edifício administrativo deve ser depreciado em sua totalidade (terreno e construção) ao longo de sua vida útil, pois são componentes inseparáveis. O terreno recebido em doação deve ser inicialmente mensurado a valor zero por não ter custo de aquisição.

b) O terreno recebido em doação, por ter vida útil ilimitada, não deve ser depreciado e deve ser mensurado inicialmente pelo seu valor justo na data da aquisição. Os gastos com a melhoria do hospital devem ser reconhecidos como Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) no período, uma vez que se referem a um ativo já existente.

c) O valor da aquisição do edifício administrativo deve ser depreciado, excluindo-se a parcela referente ao

terreno, pois este não está sujeito à depreciação. Os gastos com a melhoria do hospital, por sua vez, devem ser integralmente reconhecidos como despesa de manutenção no resultado do exercício.

d) Os gastos com a melhoria do hospital, por aumentar a vida útil e a capacidade de serviço do ativo, devem ser capitalizados ao valor contábil do hospital. O edifício administrativo (excluindo o terreno) deve ser depreciado a partir do momento em que estiver disponível para uso.

e) Se o município optar pelo modelo de reavaliação para a classe de edifícios, a reavaliação poderá ser feita seletivamente apenas para o edifício administrativo e o hospital, não sendo necessário reavaliar todos os edifícios da mesma classe, e quaisquer aumentos resultantes devem ser reconhecidos no resultado do período.

63. O Município Audazes dos Pampas investiu em um projeto inovador de desenvolvimento de um sistema de inteligência artificial para otimização do trânsito urbano. Durante o ano, foram incorridos R\$ 300.000 em atividades de pesquisa inicial e R\$ 700.000 em atividades de desenvolvimento, após a comprovação da viabilidade técnica, da intenção de uso e da capacidade de mensurar confiavelmente os gastos atribuíveis. Ao final do exercício, o sistema foi concluído e está disponível para uso. A administração municipal determinou uma vida útil definida de 5 anos para o software, sem valor residual.

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção **correta** sobre o tratamento contábil desse sistema de inteligência artificial:

a) Os gastos de R\$ 300.000 com a pesquisa inicial devem ser capitalizados como parte do custo do ativo intangível, uma vez que são inerentes ao processo de desenvolvimento do sistema de inteligência artificial.

- b) O valor total de R\$ 1.000.000 (pesquisa + desenvolvimento) deve ser reconhecido como ativo intangível no balanço do município, e sua amortização anual será de R\$ 200.000 (R\$ 1.000.000 / 5 anos).
- c) A entidade deve reconhecer um ativo intangível de R\$ 700.000, referente aos gastos de desenvolvimento. A amortização deve iniciar-se a partir do momento em que o sistema está disponível para uso, ou seja, ao final do exercício.
- d) Como não há mercado ativo para esse tipo de software de inteligência artificial, o ativo intangível não pode ser reavaliado e, portanto, deve ser mensurado pelo seu custo, menos qualquer amortização e redução ao valor recuperável acumuladas.
- e) Se o município considerar que o software tem vida útil indefinida, ele não deverá ser amortizado, mas sua perda de valor deverá ser testada anualmente, desde que existam indícios de perda de valor.

- 64.** O Município Audazes dos Pampas, reconhecendo a importância do capital intelectual, investiu na aquisição de licenças de uso de software e na criação de uma nova marca para um programa social. A licença de software foi adquirida de terceiros e tem um contrato de 3 anos, enquanto a marca foi desenvolvida internamente por sua equipe de marketing.

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção **correta** sobre o tratamento contábil desses ativos intangíveis:

- a) A licença de uso de software deve ser amortizada ao longo de sua vida útil econômica estimada de 3 anos. Se a marca desenvolvida internamente for reconhecida como ativo intangível, ela não será amortizada, pois seu valor cultural é inestimável.
- b) Os custos da criação da marca desenvolvida internamente devem ser integralmente reconhecidos como ativo intangível se a entidade puder demonstrar que eles são atribuíveis à fase de pesquisa do projeto e que o sistema já está disponível para uso.
- c) Ativos intangíveis adquiridos separadamente, como a licença de software, devem ter seu custo inicial mensurado pelo preço de compra, acrescido de impostos não recuperáveis e custos diretamente atribuíveis à preparação para o uso.
- d) Se a licença de software for reavaliada, toda a classe de ativos intangíveis à qual ela pertence não precisará ser reavaliada simultaneamente, permitindo flexibilidade na atualização de valores de mercado.
- e) O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente pela marca do programa social deve ser reconhecido como ativo intangível, desde que seu valor possa ser mensurado com segurança.

65. O Município Audazes dos Pampas registrou diversas operações durante o exercício, que impactaram seu patrimônio. Considere os seguintes eventos:

- I. No dia 1º de janeiro, ocorreu o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de R\$ 500.000, cuja arrecadação efetiva se deu em março.
- II. Em abril, a prefeitura consumiu R\$ 50.000 em material de expediente que estava estocado no almoxarifado desde janeiro.
- III. Em junho, o município recebeu em doação um terreno avaliado em R\$ 200.000, com a escritura formalizada no mesmo mês.
- IV. Em setembro, uma multa ambiental de R\$ 100.000 foi imposta judicialmente contra o município, devido a um dano causado em agosto, tornando a obrigação presente e mensurável.

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção **correta** sobre o reconhecimento das variações patrimoniais (VPA ou VPD) referentes a esses eventos:

- a) A Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) referente ao IPTU deve ser reconhecida em março, no momento da arrecadação, e a Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) do consumo do material em janeiro, na aquisição.
- b) A VPA referente ao IPTU deve ser reconhecida em janeiro, no momento do fato gerador, e a VPA do terreno recebido em doação deve ser reconhecida em junho, no recebimento efetivo.
- c) A VPD do consumo do material de expediente deve ser reconhecida em janeiro, na aquisição do estoque, e a VPD da multa ambiental deve ser reconhecida em agosto, quando o dano foi causado.
- d) A VPA referente ao terreno doado deve ser registrada em junho, e a VPD da multa ambiental deve ser reconhecida somente quando houver o pagamento efetivo da penalidade.

e) Todas as variações patrimoniais (VPA e VPD) mencionadas devem ser reconhecidas em março, por ser o mês da arrecadação da primeira receita orçamentária do exercício, alinhando-se ao regime de caixa.

66. O Município Audazes dos Pampas, reconhecendo a importância da padronização contábil, utiliza o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) em todas as suas entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). Considere as seguintes transações ocorridas durante o exercício:

- I. O Fundo Municipal de Saúde (FMS), uma entidade do OFSS do município, pagou R\$ 100.000 em serviços de manutenção predial para uma empresa privada.
- II. A Prefeitura Municipal, também do OFSS do município, concedeu um empréstimo de R\$ 50.000 ao Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), outra entidade do OFSS do mesmo município.
- III. O município recebeu uma doação de R\$ 20.000 de um cidadão para um programa específico.

Com base nas regras de estruturação e integridade do PCASP, assinale a opção **correta** sobre o registro dessas transações no 5º nível de consolidação das contas patrimoniais (classes 1 a 4):

- a) O pagamento de serviços de manutenção pelo FMS à empresa privada (Transação I) e o empréstimo da Prefeitura ao FMAS (Transação II) devem ser registrados, respectivamente, com o dígito '1' (Consolidação) e '3' (Inter OFSS - União), no 5º nível do PCASP, para que os saldos sejam corretamente tratados na consolidação municipal.
- b) A doação recebida do cidadão (Transação III) e o empréstimo da Prefeitura ao FMAS (Transação II) devem ser ambos registrados com o dígito '1' (Consolidação) no 5º nível do PCASP, pois não envolvem transações entre entidades do mesmo OFSS, e seus saldos não serão excluídos na consolidação do município.

- c) O empréstimo da Prefeitura ao FMAS (Transação II) deve ser registrado no 5º nível do PCASP com o dígito '2' (Intra OFSS), indicando que os saldos de ativo (na Prefeitura) e passivo (no FMAS) resultantes dessa transação serão excluídos na consolidação das demonstrações contábeis do município.
- d) A doação recebida do cidadão (Transação III) e o pagamento de serviços de manutenção pelo FMS (Transação I) devem ser registrados com o dígito '2' (Intra OFSS), no 5º nível do PCASP, uma vez que o município, como ente federativo, abrange todas as suas entidades.
- e) Para que a consolidação nacional seja efetiva, todas as transações mencionadas (I, II e III) devem ser registradas com o dígito '1' (Consolidação) no 5º nível do PCASP, pois este código garante que os saldos sejam incluídos na consolidação, independentemente da esfera federativa ou da natureza da entidade.

Considere as transações a seguir para responder as questões **67, 68, 69 e 70**.

Determinada entidade pública registrou, em seu primeiro exercício financeiro, já encerrado, as seguintes transações:

- Aprovação da lei orçamentária anual (LOA) no valor de R\$ 500 mil, sendo a despesa fixada no mesmo valor da receita prevista.
- Lançamento de impostos no valor de R\$ 300 mil, sendo arrecadado 70% desse valor.
- Recebimento de transferências correntes de outro ente no valor de R\$ 150 mil.
- Empenho, liquidação e pagamento de folha de pessoal no valor de R\$ 120 mil.
- Empenho e liquidação de obras (investimento) no valor de R\$ 250 mil, sendo 60% pagos à vista e o restante inscrito em restos a pagar processados.
- Recebimento de um terreno em doação no valor de R\$ 80 mil.
- Devolução de caução recebida em exercício anterior no valor de R\$ 10 mil. O valor é tratado como operacional.

- 67.** Considerando o cenário apresentado e as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), o resultado orçamentário do exercício apurado no Balanço Orçamentário foi:
- Superavitário em R\$ 10.000.
 - Deficitário em R\$ 10.000.
 - Superavitário em R\$ 80.000.
 - Deficitário em R\$ 80.000.
 - Nulo.
- 68.** Considerando o cenário apresentado e as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), o resultado patrimonial do exercício apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) foi:
- Superavitário em R\$ 410.000.
 - Deficitário em R\$ 10.000.
 - Superavitário em R\$ 530.000.
 - Deficitário em R\$ 120.000.
 - Nulo.
- 69.** Considerando o cenário apresentado e as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), o resultado financeiro do exercício apurado no Balanço Financeiro foi:
- Superavitário em R\$ 360.000.
 - Deficitário em R\$ 280.000.
 - Superavitário em R\$ 80.000.
 - Deficitário em R\$ 10.000.
 - Nulo.

70. Considerando o cenário apresentado e as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para a elaboração das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais do exercício foi:

- a) R\$ 200.000.
- b) R\$ 220.000.
- c) R\$ 230.000.
- d) R\$ 350.000.
- e) R\$ 360.000.

- c) 21%
- d) 24%
- e) 27%

73. Uma empresa adquiriu um equipamento por meio de um contrato que gerou uma dívida de R\$ 44.000,00, a ser quitada por 30 prestações mensais, iguais e consecutivas, calculadas pelo sistema francês (tabela Price). O valor de cada prestação é de R\$ 1.705,00, a primeira vence 1 mês após a contratação e, na primeira prestação, a amortização é de R\$ 1.265,00.

O valor dos juros embutidos na 2ª prestação é de:

- a) R\$ 370,25
- b) R\$ 427,35
- c) R\$ 341,00
- d) R\$ 390,50
- e) R\$ 440,00

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

71. Suponha que dois capitais de mesmo valor C tenham sido aplicados um no regime de juros simples e outro no regime de juros compostos, gerando, respectivamente, os montantes M_s e M_c . Considere, ainda, que ambos os capitais tenham sido aplicados à mesma taxa de juros anuais i e durante o mesmo prazo de n anos. Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) Para $i > 1\%$ e $n < 1$, $M_s > M_c$
- b) Para $i < 1\%$ e $n < 1$, $M_c > M_s$
- c) Para $i > 1\%$ e $n > 1$, $M_s > M_c$
- d) Para $i > 1\%$ e $n < 1$, $M_c > M_s$
- e) Para quaisquer i e n , $M_s = M_c$

72. Uma empresa adiantou o recebimento de um contrato de fornecimento de insumos, cujo pagamento seria feito em 40 dias, realizando uma operação de desconto comercial simples. O valor recebido hoje corresponde a 97% do valor nominal desse contrato. Considerando a convenção do ano comercial, a taxa anual de desconto utilizada na operação foi de:

- a) 15%
- b) 18%

74. Em 31/12/2024, uma cooperativa de pescadores financiou R\$ 551.724,14 para a aquisição de um barco e decidiu quitar o financiamento em 4 anos por meio de parcelas anuais iguais de R\$ 166.577,00, incorrendo em uma taxa de juros de 8% ao ano, com o primeiro pagamento em 31/12/2025. Para viabilizar o empréstimo, a cooperativa pagou, na data da aquisição, o valor de R\$ 24.137,93, relativos a custos de captação.

A equação que indica corretamente o cálculo da taxa de Custo Efetivo Total da operação ao ano (CET), considerando a substituição $x = 1 + \text{CET}$, é:

- a) $551.724,14 = 166.577,00 \times (x^{-1} + x^{-2} + x^{-3} + x^{-4})$
- b) $551.724,14x = 166.577,00 \times (x^3 + x^2 + x + 1)$
- c) $527.586,21 = 166.577,00 \times (x^{-1} + x^{-2} + x^{-3} + x^{-4})$
- d) $527.586,21x = 166.577,00 \times (x^3 + x^2 + x + 1)$
- e) $551.724,14 = (4 \times 166.577,00) + 24.137,93x^{-4}$

75. Em um projeto de investimento, considere o fluxo de caixa a seguir.

Ano	Valor (R\$)
0	- 10.000,00
1	+ 2.200,00
2	X
3	Y

Considerando-se que $X+Y = R\$ 10.285,00$ e que a taxa interna de retorno do projeto seja de 10% ao ano, o valor do fluxo de caixa referente ao segundo ano é:

- a) R\$ 3.025,00
- b) R\$ 3.267,00
- c) R\$ 3.388,00
- d) R\$ 3.509,00
- e) R\$ 3.630,00

AUDITORIA

Guilherme Sant'Anna

76. De acordo com a NBC TA 240, sobre a responsabilidade pela prevenção e detecção de fraudes, assinale a alternativa correta:

- a) A administração e os responsáveis pela governança têm a responsabilidade primária de prevenir e detectar fraudes.
- b) O auditor deve garantir que as demonstrações contábeis estejam livres de qualquer tipo de fraude.
- c) A responsabilidade exclusiva por prevenir e detectar fraudes é do auditor.
- d) O auditor deve assumir responsabilidade solidária com a administração em caso de fraudes relevantes.
- e) Nenhuma das partes envolvidas possui obrigação específica quanto à prevenção de fraudes.

77. Com relação à estrutura conceitual dos trabalhos de asseguração, é correto afirmar:

- a) A estrutura conceitual é aplicada apenas a auditorias realizadas em empresas públicas.
- b) Um trabalho de asseguração envolve a mensuração de um objeto com base em critérios adequados.
- c) Trabalhos de asseguração incluem apenas revisões limitadas das demonstrações contábeis.
- d) Trabalhos de asseguração não exigem independência do auditor em relação à entidade.
- e) Trabalhos de asseguração referem-se apenas à avaliação de controles internos.

78. A respeito da estrutura do relatório do auditor, de acordo com a NBC TA 706, o parágrafo de ênfase é utilizado quando:

- a) o auditor pretende alertar para uma incerteza relevante que afeta sua opinião.
- b) o auditor deseja comunicar aspectos que não são relevantes para as demonstrações contábeis.
- c) a opinião do auditor é modificada por discordância com a administração.
- d) o auditor deseja destacar um assunto apropriado, sem modificar sua opinião.
- e) o auditor não obteve evidência suficiente para concluir seu trabalho.

79. De acordo com a NBC TA 330, que trata da resposta do auditor aos riscos avaliados, assinale a alternativa que representa uma resposta apropriada aos riscos relevantes identificados:

- a) Realização de testes substantivos combinados com testes de controles em áreas de maior risco.
- b) Redução da equipe de auditoria para garantir maior independência.
- c) Aumento da materialidade de planejamento para reduzir a extensão dos testes.
- d) Exclusão de procedimentos em áreas que apresentaram risco avaliado como baixo.
- e) Realização exclusiva de indagações à administração.

80. Segundo a NBC TA 450, distorções identificadas durante a auditoria devem ser:

- a) Comunicadas exclusivamente ao contador da entidade, sem necessidade de envolvimento da administração.
- b) Aceitas como irrelevantes caso estejam abaixo do valor de corte da materialidade.
- c) Ignoradas se não houver fraude comprovada.
- d) Registradas apenas no relatório final, sem necessidade de comunicação prévia.
- e) Acumuladas pelo auditor, que deve avaliar se são relevantes individualmente ou em conjunto.

81. Ao examinar o ativo circulante e os estoques de determinada entidade, uma ação que o auditor pode adotar para assegurar a veracidade e a fundamentação dos registros desses ativos é

- a) adotar procedimentos estanques para cada área, sem correlacionar os dados referentes ao ativo circulante e aos estoques com a análise das origens dos recursos.
- b) realizar a auditoria dos estoques sem verificar a origem dos recursos, uma vez que a documentação interna é suficiente para a validação dos saldos.
- c) focar primordialmente a identificação de recursos fictícios, em detrimento da análise dos estoques e dos ativos realizáveis, pois estes já seguem padrões normativos.
- d) integrar a verificação documental do ativo circulante e dos estoques com a análise das origens dos recursos, utilizando ferramentas comparativas e de cruzamento de informações para identificar eventuais inconsistências.
- e) basear-se nas informações fornecidas pela administração sobre os recursos e os direitos, sem realizar procedimentos adicionais para a verificação das origens.

82. Assinale a alternativa CORRETA, considerando as NBC TA.

- a) A adequação do objeto de auditoria depende do nível de asseguração, ou seja, se o objeto não for apropriado para o trabalho de asseguração razoável, ele poderá ser apropriado para o trabalho de asseguração limitada.
- b) Ao conduzir uma auditoria de demonstrações contábeis, o auditor deve aplicar o julgamento e o ceticismo profissional ao longo de todo o trabalho, considerando a possibilidade de fraude ao avaliar as evidências obtidas e ao formar suas conclusões sobre as demonstrações contábeis.
- c) Se houver conflitos entre a estrutura de relatório financeiro aplicável e as fontes sobre cuja aplicação pode-se obter orientação, ou entre as fontes que abrangem a estrutura de relatório financeiro, a fonte de referência deve ser aquela prevista na literatura contábil.
- d) O trabalho de asseguração envolve – no mínimo – três partes distintas: o auditor independente, a parte contratante e os usuários previstos.
- e) Em firmas de pequeno porte, dispensam-se políticas ou procedimentos que tratem da gestão de qualidade ou do monitoramento da independência, já que o foco pode ser exclusivamente o planejamento das auditorias.

83. Avalie os itens a seguir:

- I. Risco de detecção é o risco de que, nos procedimentos de auditoria aplicados, não se identifiquem distorções relevantes existentes nas demonstrações contábeis.
- II. Ao planejar procedimentos adicionais de auditoria, o auditor se obriga a obter evidência de auditoria mais persuasiva quanto maior for a avaliação de risco do auditor.
- III. A determinação da materialidade deve ser inserida no planejamento da auditoria, não cabendo revisão na execução do trabalho, uma vez que o risco de distorção relevante já foi avaliado.

Estão CORRETOS:

- a) I, apenas
- b) I e II, apenas
- c) I e III, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

84. Ao realizar auditoria em empresa de pequeno porte, o auditor identificou um saldo credor na conta caixa. Essa situação pode indicar:

- a) Lançamentos de adiantamentos a fornecedores ainda não baixados.
- b) Erro na contabilização dos juros passivos bancários.
- c) Indício de omissão de receita, dada a incompatibilidade com a natureza da conta.
- d) Ausência de controle sobre duplicatas a receber.
- e) Falta de conciliação bancária no período.

85. No que se refere à confiabilidade, a evidência da auditoria

- a) obtida de partes relacionados à entidade é mais confiável que a obtida internamente.
- b) obtida verbalmente é, geralmente, mais confiável do que a evidência formal.
- c) obtida por indagação é, no geral, mais confiável que a obtida analiticamente.
- d) gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos.
- e) oriunda de documentos originais é sempre mais confiável que a obtida por meio de cópias.

86. No contexto da auditoria, o propósito dos testes de observância é

- a) concentrar-se na avaliação dos controles operacionais, suficientes para a robustez das evidências de auditoria.
- b) avaliar criticamente o desenho dos controles internos e o seu efetivo funcionamento, além do cumprimento dos procedimentos definidos pela administração.
- c) realizar investigações detalhadas em casos de suspeita de fraude.
- d) substituir a necessidade de testes substantivos na verificação dos saldos contábeis.
- e) garantir a revisão de todas as transações registradas.

87. O suprimento das disponibilidades de uma empresa sem comprovação da origem pode se dar por:

- a) Cancelamento de contas a pagar vencidas.
- b) Registro de receitas antecipadas com nota fiscal emitida.
- c) Amortização de empréstimos com recursos de terceiros identificáveis.
- d) Aumento do capital social sem o correspondente ingresso de recursos.
- e) Provisão contábil de receitas futuras.

88. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) No que se refere a amostragens de estoques, o auditor pode definir a distorção tolerável com base apenas em inconsistências na descrição dos itens do inventário, sem necessidade de estabelecer um limite monetário para as distorções.
- b) Ao realizar uma amostragem para auditoria de contas a pagar, o auditor deve combinar procedimentos de auditoria, como a inspeção física de documentos e a análise de transações registradas nos sistemas contábeis, para assegurar que a população amostral seja completa e representativa.
- c) Uma taxa de desvio inesperadamente alta nos testes de controles resulta em um aumento no risco de distorção relevante, independentemente de outras evidências de auditoria.
- d) O risco não resultante da amostragem está principalmente associado à seleção inadequada de itens na amostra, o que pode levar ao não reconhecimento de distorções ou desvios relevantes.
- e) Objetivo da adoção da amostragem no trabalho de auditoria é reduzir o risco de auditoria, mesmo que isso resulte no aumento do volume de trabalho detalhado.

89. Analise os itens a seguir:

- I. Durante a auditoria fiscal, a identificação de aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário pode indicar a prática de caixa dois.
- II. A prática de caixa dois constitui fraude fiscal.
- III. Nesses casos, o auditor deve considerar a possibilidade de autuação fiscal por omissão de receitas e a inclusão desses valores na base de cálculo de tributos devidos.

Estão CORRETOS:

- a) I, apenas
- b) I e II, apenas

- c) I e III, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

90. A opinião com ressalva deve ser emitida quando:

- a) houver divergência entre as notas explicativas e o parecer do auditor anterior.
- b) não for possível obter qualquer tipo de evidência de auditoria apropriada e suficiente.
- c) uma incerteza quanto à continuidade operacional for detectada.
- d) houver distorção relevante nas demonstrações contábeis, mas que não sejam generalizadas.
- e) o auditor desejar enfatizar uma questão apresentada de forma adequada nas demonstrações.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravelle

91. O Estado *Lambda* anunciou que deixará o modelo incremental tradicional e passará a elaborar a LOA de 2027 em estrutura de orçamento-programa, articulada ao PPA e às diretrizes da LDO. À luz dessa opção, avalie as assertivas:

- I. () O orçamento-programa supõe integração com o planejamento, de modo que o orçamento explice objetivos e resultados a alcançar num período definido, vinculando-se aos instrumentos PPA–LDO–LOA.
- II. () A mensuração de desempenho por metas e indicadores (eficiência, eficácia e efetividade) é traço característico do orçamento-programa e subsidia a avaliação e a realocação de recursos.
- III. () No orçamento-programa, as decisões orçamentárias são tomadas primordialmente pela lógica das unidades administrativa.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- a) V – V – V
- b) V – V – F
- c) F – V – V
- d) V – F – V
- e) F – V – F

92. Diante do crescimento das despesas correntes acima da receita recorrente, o Estado *Ipsilon* anunciou que abandonará práticas conservadoras e adotará, já na LOA de 2027, a técnica do Orçamento Base Zero. Em despacho, o Secretário do Tesouro determinou:

- (i) elaboração de pacotes de decisão para cada ação governamental, com alternativas de custo e nível de serviço;
- (ii) hierarquização desses pacotes segundo critérios de custo-benefício e alinhamento ao planejamento;
- (iii) proibição de “recondução automática” de dotações com base no histórico.

À luz do OBZ, essa decisão exige, necessariamente:

- a) a exclusão do papel fiscalizatório do Poder Legislativo, para preservar a liberdade técnica do Executivo.
- b) a adoção de orçamento participativo obrigatório, tanto na elaboração quanto na aprovação da LOA.
- c) o ajuste marginal das dotações, tomando como base os valores do exercício anterior (lógica incremental).
- d) a revisão periódica do teto de gastos com base em inflação e crescimento, como condição para implementação do método.
- e) a justificação detalhada de todas as dotações em cada exercício, independentemente do histórico de valores.

93. Na revisão técnica do Projeto de LOA/2026 do Estado Delta, a controladoria identificou:

- (i) proposta de “orçamento complementar” por decreto para gerir convênios internacionais;
- (ii) previsão, no texto da LOA, de autorização para operações de crédito e para abertura de créditos suplementares;
- (iii) consolidação, em uma única lei, dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais dependentes; e
- (iv) indicação expressa de que o exercício financeiro coincide com o ano civil. Para subsidiar o parecer, os auditores decidiram recapitular os princípios orçamentários.

Relacione os princípios abaixo com suas definições.

- I. Totalidade (unidad)
- II. Periodicidade (anualidade)
- III. Exclusividade
- IV. Universalidade

- () Determina que a LOA contenha todas as receitas e todas as despesas de todos os Poderes, órgãos, fundos e entidades mantidas pelo ente, vedando a execução “à margem” do orçamento.
- () Impõe orçamento único por ente federativo, evitando orçamentos paralelos; a LOA reúne, em uma só lei, os orçamentos fiscal, da seguridade e de investimentos das estatais dependentes
- () Delimita o período a que se referem a previsão da receita e a fixação da despesa; o exercício financeiro coincide com o ano civil
- () Estabelece que a LOA não conterá matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas a autorização para créditos suplementares e para operações de crédito, nos termos da lei

Assinale a sequência correta, na ordem apresentada.

- a) III – I – II – IV
- b) IV – II – I – III
- c) IV – I – II – III
- d) IV – I – III – II
- e) III – IV – I – II

94. Em dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento, em sede de controle concentrado, de ações que questionavam a execução das emendas de relator (RP-9) no orçamento da União, prática apelidada pela imprensa de “orçamento secreto”. À luz do que decidiu o STF, assinale a alternativa correta.

- a) É constitucional, porque as RP-9 têm assento na Constituição e asseguram aos parlamentares atender demandas locais sem necessidade de identificação nominal dos autores das indicações.
- b) É inconstitucional, pois a forma como as RP-9 vinham sendo executadas ocultava os efetivos proponentes/beneficiários, atribuía a despesa genericamente ao relator-geral e violava transparência, publicidade e imparcialidade, restringindo o uso dessas emendas a erros e omissões.
- c) É inconstitucional, porque a jurisprudência vedou emendas individuais por relator em qualquer hipótese.
- d) É constitucional, desde que o Congresso publique, a posteriori, relatório global de execução, sendo desnecessária a identificação das solicitações individuais.
- e) É constitucional, pois a apresentação de emendas à LOA é prerrogativa típica do Parlamento e prescinde de regras específicas de transparência em razão da separação de poderes.

95. No exercício de 2025, a bancada federal do Estado Gama apresentou emenda de bancada estadual para construir um Centro Estadual de Hemodinâmica a ser concluído em três exercícios. A unidade beneficiária é um hospital público federal sediado no Estado, com cronograma físico-financeiro dividido em etapas anuais. Considerando as regras constitucionais e a legislação complementar que disciplinam a execução de emendas de bancada para investimentos até a conclusão, assinale a alternativa correta quanto à forma de assegurar a continuidade do investimento nos exercícios seguintes.

- a) A programação deve receber, no primeiro exercício, o montante integral necessário para os três anos, evitando a necessidade de novas emendas.
- b) A despesa deve ser abatida do limite anual de operações de crédito do ente executor, por se tratar de investimento em andamento.
- c) O financiamento deve ocorrer por créditos especiais solicitados pelo órgão setorial, após a vigência da emenda do primeiro ano.
- d) A continuidade depende de inclusão compulsória do projeto na revisão anual do PPA, sendo desnecessária nova emenda de bancada.
- e) O investimento deve ser objeto de emenda da mesma bancada estadual em cada exercício subsequente, até sua conclusão, observado o regramento específico que admite, até o máximo de três emendas, a não contagem dessas emendas no limite numérico anual das emendas de bancada quando destinadas à continuidade de obras já iniciadas e com objeto certo e registrado.

96. Um hospital universitário estadual mantém contrato de locação de ambulâncias UTI móvel, cujo objeto mensurável é o quilômetro rodado, com estimativa mensal e anual máxima. Em 2027, a demanda por transferências inter-hospitalares superou a média histórica e, em novembro, toda a cota anual de quilômetros contratados já havia sido consumida. A nova licitação estava em fase final, mas não concluída. Para não interromper o serviço essencial, a direção autorizou a continuidade do atendimento em dezembro/2027, com anuência da contratada, sem saldo contratual e sem possibilidade de emitir novo empenho naquele exercício.

No fechamento do exercício, visando regularizar a despesa do mês de dezembro (prestada sem cobertura de empenho e acima do limite contratual), a solução orçamentário-financeira adequada é:

- a) Abrir crédito adicional suplementar extraordinário em razão da urgência e pagar a despesa ainda em 2027.
- b) Inscrever em restos a pagar não processados o valor de dezembro, por se tratar de obrigação já contratada.
- c) Liquidar a despesa de dezembro, por representar variação patrimonial diminutiva, e efetuar o pagamento em seguida.
- d) Solicitar crédito especial com anulação de dotações e pagar a despesa, mesmo após o encerramento da execução orçamentária.
- e) Tratar a despesa de dezembro como Despesa de Exercícios Anteriores (DEA) no exercício seguinte, à conta de dotação específica, com o devido processo de regularização.

97. A Secretaria de Orçamento Federal divulgou o quadro consolidado abaixo (valores fictícios):

Exercício	Receitas próprias da Seguridade	Despesas da Seguridade
2023	R\$ 1,12 tri	R\$ 1,52 tri
2024	R\$ 1,30 tri	R\$ 1,64 tri
2025	R\$ 1,45 tri	R\$ 1,78 tri

Apesar do crescimento das receitas da seguridade, o hiato entre receitas e despesas persistiu em todos os exercícios. À luz da Constituição, da Lei nº 4.320/1964, da LRF e dos manuais da STN, assinale a alternativa correta sobre a forma juridicamente adequada de lidar com esse quadro no processo orçamentário.

- a) Devem ser abertos créditos especiais para “cobrir” o déficit do Orçamento da Seguridade Social.
- b) Despesas da Seguridade Social podem ser custeadas com recursos do Orçamento Fiscal, por meio de dotações consignadas na LOA.
- c) O superávit do Orçamento de Investimento das empresas estatais deve, por regra, ser revertido à União para financiar o déficit da seguridade.
- d) O Poder Executivo deve contingenciar parte do Orçamento da Seguridade até a ocorrência de superávit nas receitas próprias desse orçamento.
- e) Recursos obtidos pela anulação de despesas de capital são a fonte obrigatória para financiar o déficit da seguridade.

98. A *Companhia Estadual de Saneamento “Olhos de Coruja”*, sociedade de economia mista controlada pelo Estado de São Paulo, atua exclusivamente na prestação do serviço público essencial de abastecimento de água e esgotamento sanitário em regime não concorrencial, por contratos de programa com municípios, e não distribui dividendos há mais de dez anos, reinvestindo os resultados na expansão da rede. Diante de condenações judiciais de grande monta, a companhia pleiteia submeter o pagamento de suas dívidas ao regime constitucional de precatórios (art. 100 da CF), invocando a jurisprudência do STF que admite tal prerrogativa a determinadas entidades estatais.

À luz do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Sociedades de economia mista não dependentes, ainda que explorem atividade econômica e distribuam lucros, submetem-se ao regime de precatórios por integrarem a Administração Indireta.
- b) A existência de qualquer lucro contábil afasta, por si só, a submissão de empresa estatal ao regime de precatórios.
- c) A sujeição ao regime de precatórios exige que a empresa estatal preste serviço público essencial, sem finalidade lucrativa e em regime não concorrencial, atuando como longa manus do Estado.
- d) O regime de precatórios alcança todas as pessoas jurídicas da Administração Indireta, inclusive as que concorram no mercado com o setor privado.
- e) Basta que a empresa seja controlada pelo Estado para que seus débitos judiciais sejam pagos por precatório, independentemente da natureza de sua atividade e de sua política de lucros.

99. No Estado Ômega, a Controladoria-Geral analisou, no 2º semestre, três práticas administrativas adotadas por diferentes órgãos:

I. A Procuradoria-Geral do Estado determinou que os sistemas de contabilidade e administração financeira identifiquem nominalmente os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, a fim de observância da ordem cronológica dos precatórios.

II. A Secretaria da Fazenda elaborou relatório semestral, 90 dias após o encerramento do período, avaliando o cumprimento de objetivos e metas das políticas monetária e creditícia, com a demonstração de impacto e custo fiscal das operações e dos resultados nos balanços.

III. O Poder Executivo, após editar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, decidiu manter recursos legalmente vinculados para a finalidade específica, mesmo em exercício diverso daquele em que se deu o ingresso, até a realização do objeto vinculado.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Federal, está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

100. No 2º bimestre do exercício, o Poder Executivo Federal constatou frustração relevante de receitas que, mantido o ritmo de execução, inviabilizaria o cumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO. Simultaneamente, sobreveio decretação de calamidade pública de âmbito nacional, reconhecida por decreto legislativo do Congresso, com impactos diretos sobre despesas de saúde, proteção social e defesa civil. Considerando a LRF (LC 101/2000), a Lei 4.320/1964 e a jurisprudência correlata, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Executivo deve editar, em até 30 dias, ato de limitação de empenho e movimentação financeira, independentemente da decretação de calamidade, porque o orçamento é apenas autorizativo e a meta da LDO não pode ser flexibilizada.
- b) A ausência de ato de limitação de empenho pelo Executivo autoriza o Ministério Público da União a promover contingenciamento substitutivo, aplicando linearmente descontos sobre a execução de todas as unidades orçamentárias.
- c) A limitação de empenho não pode respeitar exceções setoriais definidas na LDO; deve ser sempre proporcional e uniforme sobre todas as despesas discricionárias.
- d) Não podem ser objeto de limitação de empenho as despesas com serviço da dívida e as despesas do FNDCT, por se tratar de fundo especial integrante do Sistema Financeiro Nacional voltado ao desenvolvimento científico e tecnológico.
- e) Reconhecida a calamidade pública por decreto legislativo, suspendem-se os efeitos das metas fiscais e das medidas delas decorrentes, podendo ser dispensada a limitação de empenho enquanto perdurar a situação excepcional, sem prejuízo de que renúncias de receita eventualmente adotadas para enfrentamento da calamidade observem a LRF ou a norma específica excepcional aplicável.

Discursiva 1

A contabilidade utiliza diferentes regimes para registrar e reconhecer as transações e eventos econômicos de uma entidade. Os dois principais regimes são o Regime de Competência e o Regime de Caixa. Com base nos conceitos e características desses regimes, responda às seguintes questões:

- 1) Explique detalhadamente o que é o Regime de Competência, destacando como as receitas e despesas são reconhecidas nesse regime.
- 2) Defina o Regime de Caixa e descreva como as receitas e despesas são registradas nesse regime.
- 3) Compare e contraste os dois regimes, apontando pelo menos três diferenças fundamentais entre eles.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

Matemática Financeira é uma disciplina que utiliza conceitos e técnicas matemáticas para analisar e resolver problemas financeiros. Um dos conceitos fundamentais é o valor do dinheiro no tempo, que pode ser aplicado em diversas situações, como financiamentos, investimentos e amortizações. Com base nesses conceitos, responda às seguintes questões:

- 1) Explique o conceito de valor presente e valor futuro, destacando sua importância em Matemática Financeira.
- 2) Descreva a fórmula do valor futuro para uma aplicação de capital a juros compostos, indicando cada um dos elementos que compõem a fórmula.
- 3) Compare o regime de juros simples com o regime de juros compostos, apontando pelo menos duas diferenças principais entre eles.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 3

A Controladoria Geral do Município X identificou falhas na integração dos instrumentos de planejamento e orçamento, comprometendo a eficiência e a transparência na execução das políticas públicas. Entre os problemas estão a incoerência entre os programas do PPA e as diretrizes da LDO, a falta de critérios objetivos para a limitação de empenho e inconsistências no orçamento da seguridade social. A equipe de auditores foi designada para elaborar um parecer técnico com soluções para assegurar a coerência e a integração entre o PPA, a LDO e a LOA.

Tendo por base a situação hipotética apresentada, responda aos seguintes tópicos:

1. Descreva os principais objetivos e a estrutura do PPA e sua relevância para o alinhamento das políticas públicas;
2. Explique o papel da LDO na integração do planejamento orçamentário, destacando os anexos de metas fiscais e riscos fiscais;
3. Proponha como a estrutura da LOA pode ser aperfeiçoada para promover maior controle e eficiência no uso dos recursos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Peça Técnica

O Município X enfrentou um aumento inesperado nas despesas de pessoal devido à contratação de servidores temporários para um projeto emergencial de saúde. Com isso, as despesas com pessoal ultrapassaram o limite de 60% da receita corrente líquida estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Além disso, o município apresentou um aumento na dívida consolidada, aproximando-se perigosamente dos limites permitidos pela LRF. Em meio a esse cenário, o gestor municipal precisa tomar medidas urgentes para reverter a situação e cumprir os requisitos da LRF.

Com base na situação hipotética apresentada, elabore um parecer que responda às seguintes perguntas:

- 1) Quais são as consequências para o município de São Bento por ultrapassar o limite de despesas com pessoal estabelecido pela LRF?
- 2) Que medidas o gestor municipal pode adotar para reduzir as despesas com pessoal e voltar a cumprir os limites da LRF?
- 3) Como a LRF orienta o controle da dívida pública dos entes federativos e quais são as possíveis sanções caso o município ultrapasse os limites de endividamento?
- 4) Quais são as responsabilidades e penalidades previstas na LRF para os gestores que descumprirem as normas fiscais?
- 5) Quais ações o gestor público deve adotar para regularizar a situação financeira do município?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>